

Funai: sai Jurandy entra Marabuto

4468
O fato do presidente da República de me demitir sumariamente foi um ato contra os índios e todas as comunidades indígenas brasileiras. Isto porque no momento em que o presidente da Funai decide não assinar uma portaria — regulamentando o decreto que permite a entrada de mineradoras particulares em área indígena — para não cometer genocídio, e o dirigente da Nação decide por essa medida, esse ato é contra índios e comunidades". Dessa forma se manifestou ontem Jurandy Marcos da Fonseca ao tomar conhecimento, pelos jornalistas, de que havia sido exonerado do cargo de presidente da Funai e que para substituí-lo foi nomeado o ex-delegado regional da Polícia Federal de São Paulo, atualmente servindo na Assessoria de Segurança e Informações do órgão tutelar, Nelson Marabuto Domingues. Este, ao contrário de Jurandy — que manifestou publicamente sua simpatia pelo candidato do PDS ao Colégio Eleitoral — é um conhecido desafeto do deputado Paulo Maluf.

Deixo a presidência da Funai de cabeça erguida como aqui entrei. Orgulhoso por ter neste período defendido de forma intransigente o interesse das comunidades indígenas. Entrego a sem recursos porque até agora o Governo não liberou nenhuma verba prometida. No entanto, entrego os índios brasileiros vivos e garantida sua integridade física, assinalou Jurandy.

Denúncia
De acordo com Jurandy — que até às 18 horas de ontem não recebeu qualquer comunicação oficial sobre sua exoneração — "interesses maiores" o impediram de administrar por mais tempo a Funai, e explicou:

— São os interesses já conhecidos. O poder dos grupos econômicos, das empresas multinacionais. O país está coberto por alvarás de pesquisa. Todas as grandes empresas brasileiras, e que são vinculadas a empresas estrangeiras, sentiram seus interesses frustrados com a minha atitude. E não vai ser um Jurandy qualquer da vida que vai impedir de atuar. Mas, isso não é privilégio da Funai nem do Brasil, acontece em todo mundo...

Mesmo salientando sua "felicidade" por ver alguém de sua "confiança" levado por ele próprio para trabalhar na Funai ser elevado a seu posto, sem ser comunicado a respeito, Jurandy não conseguiu explicar como se passou o processo de sua demissão e nomeação de seu amigo pessoal, e garantia que ambos não tiveram nenhuma conversa sobre o assunto. Sorridente, dizia:

— O Governo não tem obrigação de me avisar, é apenas uma questão de delicadeza.

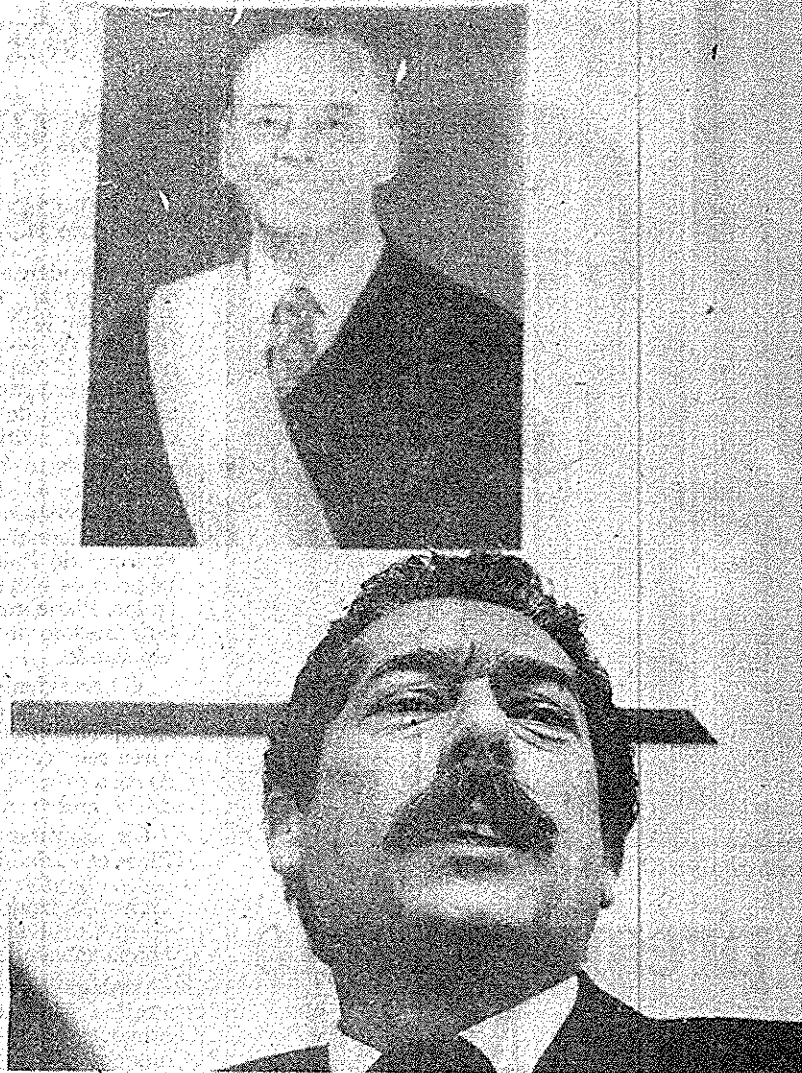
Retorno
Jurandy — que em nenhum momento demonstrou estar abalado com a exoneração — salientou algumas vezes sua intenção de retornar ao cargo de presidente do órgão tutelar "num outro Governo, diferente deste, e numa outra Funai, modernizada e ágil, onde as comunidades indígenas possam explorar suas próprias riquezas".

— Tenho muita fé de estar aqui de novo no dia 16 de março. Se eu voltar — o que é praticamente impossível — tomo a mesma providência de não permitir que mineradoras particulares atuem em área indígena, garantiu Jurandy.

Ele disse que aceitaria o convite tanto de Tancredo Neves, cujo governo tem certeza "será voltado para a defesa das comunidades indígenas brasileiras", quanto de Paulo Maluf. Apesar de "não se conhecer publicamente a sua política indigenista, pode-se sentir de seu discurso quando se sagrou vencedor na Convenção do PDS que garantirá terra para os índios, o que abre uma perspectiva de esperança".

Jurandy ressaltou, no entanto, que teria uma exigência para aceitar o convite: que seu compromisso fosse tão somente com as comunidades indígenas.

Ele esclareceu os rumores que davam conta de sua saída da Funai por sua vinculação com o ex-Governador de Mato Grosso



Presidente da Funai disse que sai de cabeça erguida

— seu estado de origem — Pedro Pedrossian, malufista declarado, e que a medida de Figueiredo estaria tentando preservar indistintamente a "imagem" do candidato do PDS contra uma atitude impopular, contrária aos índios, como a da assinatura da portaria da mineração assim:

— Não conheço pessoalmente o deputado Paulo Maluf, mas conheço Tancredo Neves por ter participado com ele de reuniões da Sudene, mas confirmo que tenho simpatias pelo deputado Paulo Maluf, e destaco entre as pessoas do meu relacionamento que o apóiam, Pedro Pedrossian. Agora, não acredito na inteligência do Governo Federal a ponto de fazer isso. Não é uma das suas características, registrou Jurandy.

Por outro lado, há na Funai a suspeita de que na verdade, quem saiu fortalecido com o episódio foi o ministro do Interior, Mário Andreazza: ao impor um nome anti-malufista para o cargo, Marabuto, ao deter em São Paulo em 1980 o prêmio Nobel da Paz, argentino Adolfo Perez Esquivel desentendeu-se com Maluf então Governador de São Paulo que mandou soltá-lo, e segundo foi publicado, exigiu para votar em Nelson Marchezan como presidente da Câmara dos Deputados a saída de Marabuto do estado que governava. Este foi elevado ao cargo de diretor do DOPS e portanto, como sua sede é Brasília, foi transferido para cá. Essa seria uma das divergências entre ambos.

— A minha demissão prejudica o partido do Governo porque fica evidente que não regulamentei a entrada de mineradoras porque isso prejudicaria os índios. Fica mal, para o Governo pelo menos, perante a opinião pública, disse Jurandy.

Ele acredita que a "complexidade do órgão tutelar e os múltiplos interesses de grupos estranhos que colocam em choque qualquer relacionamento", é o fator principal para que somente neste Governo a Funai já tenha tido cinco presidentes e agora esteja com o sexto.

Jurandy disse esperar que seu substituto não assine a portaria, embora reconheça que para ser levado ao cargo este seja um requisito fundamental, pois assim o Governo decidiu.

Desvios de verba
— Que verba? Assim, Jurandy respondeu à indagação a respeito da veracidade das informações que corriam de que sua saída teria sido causada por constatação de desvios de verba.

— Não admito que se levante qualquer suspeita quanto à minha administração financeira

na Funai porque não tive nem como manipular recursos. A Funai deve Cr\$ 2 bilhões desde antes de minha chegada que não tive como pagar. O Governo prometeu Cr\$ 8,7 bilhões e até hoje nada, salientou.

Ele lembrou que "os aviões da Funai estão parados porque a Petrobrás suspendeu o cartão de crédito. Não pode comprar remédios porque não tem dinheiro. Luz e telefone estão sendo cortados das delegacias regionais por falta de pagamento.

Até o cafezinho que está sendo tomado aqui é fornecido pelo bolso do Vicente — continuou cujo salário é de Cr\$ 200 mil mensais — que há 15 anos serve café neste órgão, e vou ressarcir-lo pessoalmente do que já dispensei, disse o ex-presidente da Funai.

Andreazza
— O Ministro do Interior, Mário Andreazza, garantiu que enviou pessoalmente ao Presidente da República a proposição de demissão do Presidente da Funai, Jurandy Fonseca, bem como a indicação do novo titular do cargo, ex-delegado da Polícia Federal, Nelson Marabuto. Andreazza, segundo quem Fonseca foi demitido por ter tratado inadequadamente um problema de natureza administrativa, comentou que o deputado Mário Juruna participou da indicação de Nelson Marabuto, acrescentando desconhecer o fato de que o ex-Superintendente da Polícia Federal em São Paulo ganhou repercussão nacional ao deter, em 1981, o argentino Adolfo Perez Esquivel, prêmio Nobel da Paz.

Para o Ministro, Jurandy Fonseca desmereceu a sua confiança. Criticou também o fato dele haver, na semana passada, colocado o cargo à disposição, quando anunciou, através da imprensa, que não assinaria a portaria que regulamenta o decreto de mineração em áreas indígenas, baixado pelo Presidente da República.

Na opinião de Andreazza, "não existe esse problema de decreto". Com isto, ele quis dizer que o decreto, por sua vez, regulamenta o Artigo da Lei do Estatuto do Índio referente à mineração e que houve exatamente uma reversão da intenção do Presidente da República que tenciona proteger as comunidades indígenas, através da definição, pela Funai, de normas e critérios para a exploração mineral.

O Ministro insistiu que não há qualquer perigo de genocídio, como foi aventado por Jurandy Fonseca. E destacou que os trabalhos de mineração somente serão realizados em casos excepcionais e de interesse nacional.



Jurandy soube de sua exoneração através dos jornalistas